

Entre o veto e a coesão: memórias em disputa no surgimento do PRP

Rogério Lustosa Victor¹

Introdução

O golpe de Getúlio Vargas desfechado em novembro de 1937 e a ditadura instalada cancelou os partidos políticos e, entre eles, a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de cunho fascista fundado em 1932. Os integralistas então conspiraram contra o Estado Novo e intentaram derrubá-lo no que ficou conhecido como *Putsch* Integralista de maio de 1938. A tentativa fracassou e a partir daí o Estado Novo os teve como inimigos. A imprensa controlada por fortes mecanismos de coerção e muitas vezes oportunamente bajuladora da ditadura fez amplos ataques ao integralismo. Este, por sua vez, estava impossibilitado naquela conjuntura de responder a esses ataques na esfera pública. Daí, supomos, conformou-se na memória social visão caricatural negativa quanto ao integralismo. Ao mesmo tempo, já na metade dos anos 1940, a derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial, os subsequentes eventos dos Julgamentos de Nuremberg e a difusão dos horrores praticados pelos nazifascismos, durante aquele conflito, implicaram significativo veto a movimentos similares.

No entanto, a partir de 1945, com a democratização, os integralistas, se reinseriram no espaço político, mas tiveram que enfrentar o passado, ou melhor, os usos que dele se faziam por meio da memória. O componente fascista do integralismo e as representações de golpista, covarde e risível, construídas principalmente durante o Estado Novo, faziam do passado uma ameaça aos integralistas: os seus rivais políticos o expunham como arma para acusação e/ou chacota, dificultando os passos integralistas para a sua reordenação na segunda metade da década de 1940 e mesmo para a luta política nos anos seguintes. Mas também o passado não poderia ser esquecido pelos próprios integralistas, ao custo do grupo se desfazer, pois era deles patrimônio comum e o que os diferenciava de outros grupos, corroborando a construção da identidade que marcou a existência do Partido de Representação Popular (PRP), ou seja, a identidade integralista. Restava a esses homens ressignificar o passado, refazendo engenhosamente suas memórias de maneira mais condizente com as exigências do presente, mantendo

¹ Doutorando em História na UFG Bolsista Capes

assim a perenidade do grupo a partir do restabelecimento de deveres e lealdades endógenas.

O veto exposto: a exposição anti-integralista no *Correio da Manhã*

Diante da nova conjuntura política, marcada pelo processo de abertura, a grande imprensa como um todo se inquietava com a possibilidade do integralismo rearticular-se politicamente e mobilizava-se com o intuito último de impedir o retorno dos camisas-verdes ao espaço político.

Destacaremos aqui a ênfase dada pelo *Correio da Manhã* a certa exposição anti-integralista que se montava na Capital da República. Nesse aspecto, em 27 de maio, no domingo, era possível ler matéria sobre a organização da citada exposição:

Será organizada dentro de poucos dias, nesta capital, uma exposição anti-integralista. Tudo o que se fizer – todos os esforços que se dispender – para alertar a nação contra um possível ressurgimento do fascismo caboclo, deve merecer, por parte de todos os brasileiros, conscientes de seus deveres, o mais amplo e decidido apoio. (Correio da Manhã, 27.5.1945, Segundo Caderno, p. 1).

O *Correio da Manhã* estava decidido a usar de sua força midiática para criar clima ainda mais hostil à reordenação de um partido integralista e, assim, conclamava a todos os brasileiros – “conscientes de seus deveres” - a apoiar a causa anti-integralista. Combater o integralismo naquele momento se confundia propositalmente com a própria luta contra a ditadura Vargas - na matéria acima citada, o *Correio da Manhã* incumbia-se de relacionar a ditadura Vargas ao fascismo brasileiro e assim aconselhava aos expositores:

Que coloquem na entrada do certame, bem à vista do povo, numa grande ampliação o texto da célebre carta do ‘implacável’ fuehrer verde, ora em férias nas terras do sr. Salazar, ao sr. Getúlio Vargas, através da qual aquele “chefe” revelou aos brasileiros que a “constituição” de 10 de novembro de 1937 fôra por ele lida em setembro e submetida a emendas – dois meses, portanto, antes do golpe (ibidem).

A utilização da expressão “implacável fuehrer verde” para se referir ao líder do integralismo não deixava dúvida quanto ao permanente artifício de estabelecer a analogia entre o integralismo e o nazismo como forma de veto àquele, o qual estava implicado nas articulações que levaram à implantação da ditadura, como se lê na matéria acima. E a carta de Salgado evidenciava também que o golpe desfechado por Vargas havia sido planejado com bastante antecedência, já que por ela percebia-se que ele, Salgado, havia lido “dois meses antes do golpe” a Constituição que seria imposta pelo Estado Novo. Tal elucidação, quanto ao golpe que implantou a ditadura de Vargas, desmascarava a explicação oficial que, por sua vez, estava relacionada ao plano *Cohen* e a conseguinte necessidade de intervenção urgente do poder central a fim de salvar o País do golpe comunista. Vargas era então mostrado como mentiroso e, seu governo ditatorial, exposto como ligado, na sua implantação, ao integralismo; e mais, que a ditadura Vargas era responsável pela existência do fascismo brasileiro, aspecto que deveria ser mencionado naquela exposição, como bem aconselhava o *Correio da Manhã*: “Que organizem a exposição, mas que mostrem ao povo, através dela, a participação e as responsabilidades da Ditadura e de seus membros na existência do fascismo verde [...]”. (*Ibidem*). Naquele momento, ainda se escutava, como se podia ler na mesma matéria, “os gemidos alucinantes dos irmãos moribundos. Seus pais, suas esposas, suas noivas, seus filhos e seus irmãos – e são milhões de criaturas, em todo mundo que pranteiam a perda de entes queridos” (*ibidem*). A guerra na Europa mal finalizara enquanto aqui se travava uma luta política pela democracia, a qual era aludida pelo *Correio da Manhã* como sendo pela mesma causa por que a guerra era travada pelos soldados na Europa: “[...] é a luta pela liberdade [...]. A nossa causa é a mesma e tão sagrada como aquela porque se bateram, nos campos da Europa, os exércitos vitoriosos da civilização [...]” (*ibidem*). Se a luta que se travava tanto na Europa quanto no Brasil era pelos mesmos objetivos, quais sejam, a liberdade e a democracia, os inimigos também eram os mesmos, ou seja, os fascismos: “Lutamos pela reconquista dos princípios democráticos, que nos foram arrebatados pelos fascistas indígenas” (*ibidem*). O uso no plural da expressão “fascistas indígenas” sugere-nos que os fascistas são tanto o integralismo quanto o próprio governo ditatorial. E não era possível conceber, “nem de leve [...] que se permita, em qualquer parte do planeta, mesmo sob rótulos diferentes, o ressurgimento do espírito fascista” (*ibidem*). Ou, no caso do

governo Vargas, a sobrevivência dele. A montagem da exposição anti-integralista era divulgada, porém, ali, no espaço do jornal, a exposição era não só anti-integralista, mas, também, anti-estadonovista.

Ressalte-se que a exposição anti-integralista estava ainda em fase de organização e o *Correio da Manhã* já divulgava este processo, o qual resultou, de fato, em sua inauguração, em 8 de junho de 1945, em um espaço da Capital Federal de grande movimento popular (a exposição foi montada na passagem subterrânea do que era conhecido como “Tabuleiro da Bahiana”, onde faziam ponto os bondes da Companhia Jardim Botânico. O local, como se pode imaginar, era um dos pontos de maior circulação pública do Rio de Janeiro). Ao longo da passagem subterrânea, podia-se ver colados à parede, lado a lado, a bandeira integralista com o sigma e a bandeira nazista com a suástica. Essa configuração plástica – o sigma, símbolo maior do integralismo, ao lado da suástica, do nazismo – seguramente tinha grande força imagética no que concerne à equivalência simbólica integralismo igual a nazismo, especialmente porque, dispostos em um local de passagem, não convidava exatamente à reflexão e sim à mera associação das duas imagens e, por conseguinte, das duas ideologias. Ainda ali, na exposição montada no Tabuleiro da Baiana, estavam expostos fuzis e armas alemãs e fotografias das vítimas dos campos de extermínio organizados pela Alemanha nazista. Os artefatos nazistas e as fotografias que documentavam atrocidades por eles cometidas nos campos de extermínio, ladeadas por documentos e objetos integralistas (tais como fotografias de seguidores da doutrina do sigma uniformizados fazendo sua emblemática saudação – *Anauê* - com a mão direita levantada, ou em marcha), sugeriam que aqueles horrores teriam aqui ocorrido se os fascistas daqui, os integralistas, tivessem chegado ao poder. Também se via, entremeados por “documentos” nazistas, textos de Salgado e de Gustavo Barroso que, nos anos 1930, elogiavam os regimes totalitários e, assim, a exposição, os mostravam também por esse modo, próximos às vertentes totalitárias européias. Tudo, enfim, visando reforçar a equivalência nazismo/integralismo, com o objetivo de contribuir para impedir o retorno do integralismo.

No dia seguinte à inauguração da exposição na passagem do Tabuleiro da Baiana, o *Correio da Manhã* a noticiou em matéria intitulada *Inaugurada a exposição anti-integralista* (*Correio da Manhã*, 9.6.1945, Segundo Caderno, p. 1) e, abaixo do título, lia-se, em letras pouco menores que a do título e também em negrito, expressão

um tanto convidativa à exposição: *Está instalada na passagem subterrânea do “Taboleiro da Bahiana”*. Logo em seguida, ainda antes de se iniciar o texto-matéria, havia uma foto em que se viam pessoas, em passagem, olhando para os artigos ali expostos, donde se destacava e se discernia apenas a bandeira nazista com a suástica e, ao seu lado, a bandeira integralista com o sigma, reforçando a já citada equivalência nazismo/integralismo. A matéria iniciava-se descrevendo o que ali se poderia ver e a descrição da exposição anti-integralista era parte da campanha também anti-integralista feita pelo jornal, aqui sustentada na exploração daquela equivalência integralismo/nazismo: “[...] Bandeiras, livros traduzidos para o alemão, papéis, punhais com a cruz swástica da Alemanha nazista, fotografias e outros documentos do partido fascista nacional, a Ação Integralista Brasileira [...]” (*ibidem*). Se na matéria do dia 27 de maio de 1945, que divulgava que estava sendo organizada a exposição anti-integralista, o *Correio da Manhã* sugeriu que aqueles horrores praticados pela Alemanha nazista poderiam ter sido aqui praticados caso o integralismo tivesse chegado ao poder, agora, na matéria que já divulgava a exposição, a posição se tornava explícita: “a exposição contém ainda fotografias das vítimas dos campos de concentração do interior da Alemanha, numa sugestão do que também nos aconteceria se o integralismo não tivesse sido varrido da vida legal em nosso país [...]” (*Correio da Manhã*, 9.6.1945, Segundo Caderno, p.1). E a matéria prosseguia atualizando a crítica ao integralismo. Ao se colocar em guarda diante do processo de sua reordenação, dizia que a AIB “está articulada e pretende ressurgir nesta hora de redemocratização do mundo, sob alegações de que esse partido, de tão nefasta e violenta ação nos tempos do seu domínio, não é totalitário, e sim democrático, e não teve ligações com o nazismo hitlerista e o fascismo” (*ibidem*).

Com a liberdade de imprensa sendo retomada, líderes da extinta AIB começavam a contrapor-se aos argumentos que depreciavam o integralismo e assim rebatiam as críticas quanto à equivalência do nazismo e fascismo com o integralismo. Não obstante, o *Correio da Manhã* nela insistia e a mostrava como inequívoca: “expostas aos olhos do público estão todas as provas do caráter nazista e totalitário do integralismo que possuía até punhais com as armas do nazismo alemão para assassinar brasileiros” (*ibidem*).

E, para reforçar o argumento de que o integralismo era o fascismo/nazismo brasileiro, o *Correio da Manhã* utilizava-se de mais provas e assim publicou inúmeros trechos de escritos integralistas dos anos 1930 que referendavam aquela equivalência, pois que escritos em momento em que líderes como Gustavo Barroso de fato aproximava em suas interpretações o integralismo do nazismo. Ainda na matéria sobre a exposição anti-integralista, liam-se algumas dessas transcrições como o trecho da obra de Gustavo Barroso, *O Integralismo em marcha*, que se segue: “A cada passo nos chamam de imitadores do fascismo ou plagiadores do hitlerismo. Não somos imitadores e plagiadores dum ou doutro...Somos simplesmente da mesma árvore, filhos da mesma doutrina...” (*ibidem*). E a matéria finalizava-se com outro trecho de obra de Gustavo Barroso, na qual ele próprio dizia claramente que o integralismo era fascismo: “... mostra perfeitamente o que seja o movimento integralista. É um outro fascismo adaptado à realidade brasileira, transplantado e modificado no solo americano, proclamado com outro nome, porém no fundo prendendo-se às doutrinas conhecidas do velho mundo” (*ibidem*). O argumento usado aqui pelo *Correio da Manhã* era de considerável apelo veritativo, já que se ancorava na autoridade dos documentos escritos, e tais documentos não deixavam dúvidas, o integralismo era, conforme o segundo homem na hierarquia integralista de então, da mesma árvore que o fascismo e o hitlerismo, “filhos da mesma doutrina”, sendo assim, “outro fascismo”.

Findada a exposição anti-integralista, é possível supor que ela tenha causado efeito considerável sobre a percepção da população do Rio de Janeiro quanto ao integralismo. Tanto que, em 9 de julho de 1947, dois anos depois de iniciada a exposição, quando o vereador da Capital Federal, perrepista e ex-militante da AIB, Jaime Ferreira da Silva, viu-se compelido a responder a 13 interpelações/acusações que seus opositores lhe faziam na Câmara quanto ao integralismo, uma delas poderia ser resumida – como assim o fez o próprio vereador - na seguinte pergunta: “Como responde o Integralismo às acusações da ‘Exposição do Tabuleiro da Bahiana’?” (SILVA, 1996: 57). A interpelação/acusação e a necessidade de responder a ela em 1947 deixavam claro que a exposição ficara marcada na memória social da população na cidade do Rio de Janeiro.

Evidentemente que o *Correio da Manhã* não poderia em sua campanha contrária à reorganização integralista no pós-guerra deixar de lado o Chefe do Integralismo,

Plínio Salgado. E, assim, mostra-o como intransigente antidemocrata a partir do mesmo forte subterfúgio usado noutras ocasiões, que é o da prova documental. Transcrevendo trechos de suas obras ou discursos em que se podiam perceber suas posições antidemocráticas assumidas nos anos 1930 e os publicando, o *Correio da Manhã* ajudava a recompor a memória social negativa quanto ao Chefe, dificultando assim o seu retorno à vida política. Podia-se ler no *Correio da Manhã*, ainda na matéria sobre a exposição anti-integralista (*Correio da Manhã*, 9.07.1945, Segundo Caderno, p. 1), trecho da obra de Salgado, *Palavra nova dos tempos novos* (p. 47), que referendava tal perspectiva: “O Brasil aprendeu a falar. Já dispensa o jogo dos partidos. [...] Já sabe que eleições de nada valem”. E, de um trecho do jornal integralista, *A Ofensiva*, expôs a seguinte afirmação de Salgado: “O Integralismo nega a eficácia do voto, nega a concepção democrática do ‘cidadão’. Condena o sufrágio universal” (*ibidem*). E de seu texto, *O Voto*, publicado em 16 de agosto de 1934, em *A Ofensiva*, destacava-se: “o voto é essa coisa que não vale nada, que nós integralistas desprezamos com asco. Desprezamos Sim! E desprezamos tanto que vamos usar dele para destruí-lo. Oh! Os integralistas irão às eleições. Para que? Para acabar com o voto” (*ibidem*). E a matéria não tinha uma conclusão do jornal ou do jornalista, ela prosseguia com vários outros trechos de escritos de Salgado e de Gustavo Barroso em que se repudiavam a democracia, o sufrágio universal e, ao mesmo tempo, cobria-se de elogios o nazismo alemão, o modelo autoritário japonês e o salazarismo ao mesmo tempo em que se estabeleciam similaridades entre esses e o movimento integralista. Por consequência, expunham-se, aos olhos de muitos, as provas inequívocas de que o integralismo era fascista e antidemocrático. Essas características, tornadas públicas, deveriam bastar para impedir o retorno daquele movimento, ao menos era o que se buscava e o esperado pelos editores daquele jornal.

No dia seguinte à publicação da matéria sobre a exposição anti-integralista, em 10 de junho, o jornalista Mário Pedrosa, instigado pelo debate suscitado pela exposição anti-integralista, inaugurada há apenas dois dias (8 de junho de 1945), publicou no *Correio da Manhã* o artigo, *Para a exposição anti-integralista* (*Correio da Manhã*, 10.7.1945, Segundo Caderno, p.1). No artigo, Pedrosa exprimia que estava faltando na exposição a primeira bandeira com a suástica hasteada na cidade de São Paulo. Segundo o autor, em algum momento de uma tarde do ano de 1934, expuseram a bandeira nazista

na Casa Alemã, a qual ficou pendente de sua fachada na rua direita. Pouco a pouco, pessoas ali se aglomeraram e espontaneamente começaram a gritar: “tira, tira”. Mas logo chegaram integralistas uniformizados com suas camisas-verdes e puseram-se entre o povo e a Casa Alemã, protegendo a suástica. Seguiu-se certo conflito que culminou na retirada da bandeira, a qual, no entanto, ficou sob a posse dos integralistas. Pedrosa, após narrar o episódio, enuncia o desfecho: “o sinistro estandarte da escravidão totalitária foi afinal derrubado; mas, ajudados pela polícia, os lacaios nacionais de Hitler conseguiram arrebanhar o troféu das mãos anti-fascistas e fugiram do campo de batalha levando-o consigo” (*ibidem*), e, por fim, concluiu dizendo que: “Desde aquela tarde o povo de S. Paulo nunca mais teve dúvidas de que o integralismo não passava de um cogumelo crioulo oriundo da monstruosa proliferação totalitária [...]” (*ibidem*). A repetição dos discursos recorrendo sempre aos mesmos adjetivos para desqualificar o integralismo atualizava um passado que vetava o integralismo no presente.

Aqui buscaríamos diálogo com Paul Ricœur e com ele concordaríamos quando se opõe à “idéia segundo a qual a história, na época moderna, teria reduzido a memória, outrora matriz da história, ao estatuto de simples objeto histórico entre outros” (2001: 374), e pensaríamos a memória como a primeira relação com o passado e que a “história sabe que há passado porque a memória já o disse antes dela” (*ibidem*). O jornalista Pedrosa disse o que ouviu de outros que viram. Neste movimento as coisas vistas se transformaram em coisas ditas e o que emergiu foi o testemunho, elemento fundamental na transição da memória à História. No trajeto da memória à História através do testemunho a etapa seguinte “é a do arquivamento dos vestígios documentais que se substituem aos vestígios mnemônicos” (*idem*: 375) e aí encontraríamos a História ligada à memória por meio desse arquivamento .

A narrativa de Pedrosa foi oriunda da memória e, enquanto texto publicado em jornal é, para a História, documento arquivado. Em ambos os casos, tanto como memória quanto como documento para a História, ela ajudou a formar/confirmar uma percepção de passado na qual havia a equivalência fascismo-integralismo. E aquela narrativa citada acima possuía força adicional, já que relatava “batalha” de rua na qual estava em disputa o emblemático estandarte com a suástica nazista, signo tão expressivo desta ideologia. Se os integralistas protegeram-no e, por fim, dele se apoderaram, era por estar em sintonia com a “monstruosa proliferação totalitária”. A batalha foi decisiva

ao menos para se evidenciar do que se tratava o integralismo. Essas narrativas, oriundas de memórias, atualizavam o passado e o dispunham no presente: o integralismo não só havia sido fascismo, ele ainda o era. Portanto, o passado era atualizado e por ele, o *Correio da Manhã*, tentava estabelecer o veto ao integralismo.

Elos não partidos: o PRP e a defesa do integralismo

Apesar do veto posto, os integralistas se rearticularam e fundaram o PRP. O partido foi apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que lhe concedeu o registro provisório em 9 de outubro de 1945. Em 1º de novembro, por sua vez, na I Convenção Nacional do Partido foi eleito o primeiro Diretório Nacional, presidido pelo comandante e ex-militante da AIB, Fernando Cochrane. E pouco mais tarde, em 10 de novembro, o partido conseguiu o registro definitivo concedido pelo TSE mediante 16.307 assinaturas de eleitores (a legislação vigente exigia um mínimo de 10.000 assinaturas).

No entanto, mesmo tendo o registro definitivo aceito pelo TSE e tendo participado do processo eleitoral, as acusações de fascista/nazista continuaram aparecendo no debate público por meio da grande mídia e importunavam os perrepeistas que, por sua vez, se defendiam. Valendo-se da mesma estratégia que seus opositores, qual seja, a de utilizar-se de textos dos anos 1930 dos seus acusados - os próprios integralistas - que referendavam a crítica de que o integralismo era o fascismo brasileiro, Salgado utilizava-se textos dos anos 1930 de seus acusadores recentes para promover a defesa do integralismo, pois não era raro encontrar textos por eles publicados naquela década que não só não criticavam o integralismo como também não o viam como fascista.

Assim, o jornal integralista *Reação Brasileira* (Rio de Janeiro, 6.12.1945) republicou *Milagre do Sigma*, artigo de autoria de Paulo Filho elogiando o integralismo e publicado originalmente no *Correio da Manhã* em 1935. E uma semana depois o mesmo jornal integralista republicou artigo intitulado *Onde não cabe a tolerância* (*Reação Brasileira*, 13.12.1945), do editor Costa Rego, publicado originalmente em 1936 no *Correio da Manhã* e que deu margem para o seguinte comentário dos integralistas: “Naquela época, o *Correio da Manhã* não admitia, de maneira alguma, a

tese realmente insustentável de que o integralismo é o Nazismo Indígena” (*Reação Brasileira*, 13.12.1945).

Em 1947, o vereador do PRP da cidade do Rio de Janeiro e ex-militante da AIB, Jayme Ferreira da Silva, respondeu em plenário a 13 interpelações/acusações colocadas por outros vereadores, nomeadamente Carlos Lacerda, Luiz Paes Leme, Ari Barroso, Tito Lívio, Adauto Cardoso, Osório Borba, Pedro Braga e Agildo Barata - esses dois últimos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tais interpelações sintetizavam o clima político vivido pelo PRP naquele momento e sua dificuldade em lidar com o passado o qual os seus membros eram, por adversários políticos, instigados a lembrar. Na interpelação por Silva arrolada como sendo a de n. 13, percebia-se bem essa situação. Indagaram ao vereador perrepista: “V. Ex^a é representante do PRP ou do Integralismo?” (SILVA, 1996: 71), no que Silva respondeu: “[...] represento o Partido de Representação Popular, sem que isso implique todavia em abdicação de minhas velhas convicções integralistas. [...] E o ideal integralista, de que não abduco, resume-se na defesa dos sagrados princípios cristãos e brasileiros” (*idem*: 72).

O passado estava colado a esses homens e era um passado que encontrava conjuntura adversa para sua atualização. Ao iniciar sua resposta às acusações, Silva evidenciou a hostilidade por ele vivida em função de sua militância integralista nos anos 1930: “ao entrar nesta casa, tantas coisas se haviam repetido contra o antigo movimento da AIB que eu, como participante que fui daquele movimento, fui recebido sob estrondosas manifestações de desagrado [...]” (*idem*: 3). O passado de muitos perrepistas era marcado pela militância na AIB e, portanto, por ser integralista e o integralismo era fascismo. Essa era a acusação central a que estes homens tiveram que responder e foi por onde Silva começou sua exposição. Porém, ao repudiar o fato de estar sendo chamado de fascista pelos colegas da câmara, ele foi interrompido pelo vereador Aluísio Neiva que pediu a palavra para um breve esclarecimento do PCB e ironizou: “Não o chamaremos mais de fascista e, sim, pelo seu sinônimo – integralista” (*ibidem*). O vereador perrepista então iniciou sua defesa, respondendo as interpelações, começando exatamente pela mais recorrente acusação e a que mais incomodava a eles, integralistas, a que afirmava que o integralismo era fascismo. Evidentemente, afirmou que o integralismo não era fascismo e sustentou sua abordagem utilizando-se de documentos integralistas dos anos 1930. Nesse sentido, o vereador lembrou aos

integrantes da Câmara dos documentos básicos do integralismo: Manifesto de Outubro (1932), Diretrizes Integralistas (1933), Estatutos da Ação Integralista Brasileira (1934), e Manifesto-programa (1936). E disse que qualquer crítica honesta ao integralismo deveria estar alicerçada nestes documentos. Prosseguiu analisando-os um a um, para, por fim, concluir acerca deles: “[...] no futuro, serão objetos de louvor das gerações que nos sucederem [...]. Nenhuma retificação necessito fazer, relativamente a essas idéias e a esses princípios, que reafirmo hoje, na plena consciência das minhas responsabilidades”. (*Idem*: 11). Para os integralistas, agora perrepistas, a memória não estava impedida (“nenhuma retificação necessito fazer”) e se muitos não integralistas não compartilhavam desse sentimento é porque a “luminosa doutrina” (*idem*: 15) que Salgado fundara era incompreendida e desvirtuada, quando não simplesmente caluniada.

Porém, para que o passado integralista não precisasse ser retificado, ele não poderia ter o componente fascista a ele agregado, trabalho que a memória integralista se encarregou de fazer, já que lembrar não é reviver, mas re-fazer (BOSI, 2001: 20). Toda memória junta às lembranças do passado o seu futuro passado, fazendo necessariamente do passado vivido um tempo distinto do passado recordado. Portanto, na verdade, a memória integralista já estava retificada, mas como o trabalho de memória frequentemente não é perceptível aos indivíduos - que se lembram dos fatos, mas não se lembram propriamente do fluxo do tempo -, para Silva, integralista declarado, o passado não precisava ser mesmo retificado, pois o integralismo nunca havia sido fascista.

João Fábio Bertonha (2004), ao avaliar os embates entre a História e a memória, em tom crítico à memória integralista, disse:

[...] no que se refere ao integralismo, foi consolidada no decorrer dos anos, uma memória particular por parte dos militantes. Eles formularam uma versão própria do acontecido, esqueceram algumas coisas, convenientemente; remontaram os acontecimentos e pretendem que o resultado seja a expressão da verdade pura. Tudo que saia desse roteiro pré-estabelecido, mesmo que seja por um milímetro, é imediatamente atacado como mentira, deturpação, má fé, etc. (BERTONHA, 2004: 157).

Sem dúvida que entre os integralistas forjou-se uma memória particular e, como em toda memória coletiva, a percepção do passado não se dá só por meio de experiências diretamente vividas, mas também adquiridas a partir de histórias contadas e/ou escritas por outros em que o eu, partícipe do grupo, ouve/lê de outros e, assim, compartilha de um mesmo passado. Isso tornava possível às novas gerações de militantes - membros do PRP que não atuaram na AIB -, num processo relacional e intersubjetivo, como é próprio da construção da memória coletiva, ter leitura de passado por eles não vivido bastante próxima das leituras daqueles que viveram os acontecimentos concernentes à AIB nos anos 1930. E, sem dúvida também, eles formaram uma versão própria do acontecido e esqueceram algumas coisas. Se esta engenhosidade da memória foi consciente ou não é questão de difícil solução, mas nos parece mais plausível a interpretação de que houve esforço consciente das lideranças integralistas para forjar recordações-imagens em que o integralismo estivesse sempre distante das representações de passado que os ameaçavam. Como “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007: 98), aos líderes integralistas foi então possível narrar para fixar os pontos por onde se teceria a lembrança e se constituiria o esquecimento. Narrativa fechada, que foi posta a serviço do fechamento identitário da comunidade (*ibidem*).

Nesse sentido, não existiria uma memória coletiva que fosse propriamente falsa, como às vezes pretende o historiador. Pois que para além da função declarada de lembrar-se de algo que de fato ocorreu, a memória do grupo teria uma função próxima da que Emile Durkheim constatou para a religião em sua obra *As formas elementares da vida religiosa*, ou seja, que ela seria um conjunto de crenças e práticas simbólicas referentes ao universo do sagrado que une os indivíduos que dela compartilham. Embora a memória não remeta propriamente a crenças e práticas relativas às coisas sagradas, é possível observar como característica da memória certa sacralização das leituras coletivas referentes às experiências vividas pelo grupo, as quais forjam visão una do passado que informam práticas e crenças compartilhadas pelo grupo, sendo, assim, importante componente da identidade coletiva e sendo capaz de ultrapassar o

problema da fidelidade, que é a principal pretensão cognitiva da memória (CATROGA, 2009: 23).

E, por fim, evidentemente que a narrativa presente na memória integralista, a serviço da identidade do grupo considere - como assombradamente disse Bertonha (2004: 157) - que “tudo que saia desse roteiro pré-estabelecido, mesmo que seja por um milímetro, é imediatamente atacado como mentira, deturpação, má fé, etc”. E é dentro desta perspectiva de trabalho de memória que, sinteticamente, Silva finalizou sua longa exposição concernente à acusação de equivalência do integralismo ao fascismo:

Creio que [...] deixei bem claro que Integralismo não é e nunca foi fascismo [...]. Trouxe os documentos básicos daquele glorioso movimento. Aduzi opiniões de personalidades as mais eminentes. Não pensem entretanto, que tenha eu, de leve sequer, desvirtuado uma vírgula que seja no que acabo de afirmar; também não estamos improvisando uma defesa póstuma, mas revivendo os princípios básicos do Integralismo, proclamados há cerca de 15 anos! (Idem: 13-14).

Na memória expressa por Silva, ela não era um re-fazer, afinal, os princípios básicos do integralismo, “proclamados há cerca de 15 anos!”, estavam expostos ali, sem alteração sequer de uma vírgula.

Outra interpelação respondida por Silva foi quanto à exposição anti-integralista que havia ocorrido dois anos antes no “Tabuleiro da Bahiana”. A preocupação do vereador em responder à questão “Como responde o Integralismo às acusações da Exposição do Tabuleiro da Bahiana?” aponta para a importância daquele espaço como lugar de memória, no caso, de uma memória que vetava o integralismo e, por conseguinte, o PRP. Pierre Nora (1993) ao tratar da memória e dos lugares de memória afirmou que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993: 8). No entanto, ao considerarmos a espacialização do tempo nos lugares de memória consideramos, ao contrário de Nora, que estes mesmos lugares existem porque “habitamos ainda nossa memória – tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da modernidade – e não porque estejamos dela exilados que lhe consagramos lugares [...]” (SEIXAS, 2001: 44). Supomos que os lugares de

memória contribuem para que a memória se perpetue, mesmo quando não se trata de experiências vividas. Neste sentido, o “Tabuleiro da Bahiana” pode ser pensado como espaço atualizador do passado, cujo intuito era o de lembrar o que deveria ser banido, repudiado, ou seja, o integralismo – que era fascista.

Por outro lado, as representações do passado integralista eram conflitantes e, para o vereador perrepista, a exposição subterrânea do Tabuleiro da Baiana não passava de uma fraude grosseira, já que a narrativa nela contida saía - como disse Bertonha (2004) - de roteiro pré-estabelecido pela memória integralista. Fraude esta que se evidenciava na exibição de fotografias de campos de concentração na Europa, para armar efeito contra integralistas, mas que efetivamente não tinham qualquer elo com o integralismo ou com integralistas; na exposição de fotografias adulteradas de sedes integralistas, onde enxertaram bandeiras e símbolos nazistas que jamais estiveram naquelas sedes; na exposição de cartas, em alemão, não traduzidas e que na verdade tinham caráter comercial; e, ainda, na exposição de armas de vários modelos, dadas como apreendidas em sedes de integralistas (SILVA, 1996: 57-58). Assim, para o vereador perrepista que agia em nome da memória integralista, a exposição subterrânea do Tabuleiro da Baiana não passava de um processo profundamente desonesto, escuso e também subterrâneo de combate ao Integralismo, sendo o “testemunho flagrante do ódio e da perfídia que inspiraram os adversários do Integralismo” (idem: 57), onde “sob atordoantes processos de propaganda, procuraram arrasar os valores cívicos e morais” (*ibidem*) da AIB.

Outra interpelação que o vereador se preocupou em responder concernia ao golpe de 1938, na qual era a ele indagado se “foi ou não foi uma ‘intentona integralista’ o golpe de 11 de maio de 1938?” (*Idem*: 60). Quando da resposta de Silva quanto a esta questão, a série de matérias sobre o golpe, de autoria do jornalista David Nasser - e mesmo o livro que as reunia, *A revolução dos covardes* –, havia sido a pouco publicada, atualizando memória bastante compartilhada (já que difundida durante a ditadura Vargas) de que o golpe havia sido traiçoeiro, realizado por covardes, com uma tonalidade ridícula e dado pelos integralistas. Mas para a memória integralista o passado referente ao golpe era outro e, neste, segundo o vereador perrepista, o golpe não tinha sido só integralista e sim preparado por amplas forças políticas para ser uma revolução nacional com o intuito de derrubar o regime vigente desde o 10 de novembro de 1937 e

implantar uma democracia (*idem*: 60-61). A memória integralista, além de ler o golpe de 1938 como oriundo de amplo movimento envolvendo além de integralistas várias lideranças políticas não filiadas a este movimento e de o ler como movimento com intuítos democráticos, ainda tentava fixar uma galeria de heróis e a ideia de que houve duro sacrifício de seus correligionários naquela ação. Assim, disse na Câmara o vereador perrepista:

É preciso, porém, não esquecer que aos integralistas coube o sacrifício de sangue, deixando uma dezena de mortos no Palácio Guanabara, onde se destaca a figura heróica do bravo Tenente Júlio do Nascimento, comandante da resistência, que só ordenou a retirada ao amanhecer, quando tudo estava perdido. Não podemos esquecer a figura de um comandante, Nuno Barbosa de Oliveira, com seus bravos oficiais e marujos do inesquecível cruzador Bahia, nem a figura esplêndida de um Tenente Arnoldo Hasselman, que, desarmado e com reduzido número de sargentos e praças, tomou o Ministério da Marinha, aprisionou a sua guarda e deteve o regimento naval em peso, durante longas horas. (Idem: 63-64).

O que estava presente na memória social como atos ridículos e covardes, era percebido pelos integralistas como atos heróicos. E eles sabiam que não podiam esquecer desses bravos homens com suas louváveis ações, sob o risco de perderem-se a si mesmos. No entanto, o vereador Silva não estava do alto da Tribuna falando aos integralistas, o que nos conduz a interrogação: quem, para ele, precisava “não esquecer que aos integralistas coube o sacrifício de sangue [...]” (*ibidem*)? Silva falava primeiramente a ele mesmo e, portanto, era ele que precisava não esquecer. Isso para que a ele fosse possível manter-se integralista e manter-se parlamentar representando outros integralistas. Mas Silva também, como em toda representação de passado oriunda de memória, pretendia que sua narrativa fosse aceita como a verdade para todos os seus conterrâneos e, finalizando parte de seu discurso, ele mesmo explicita esta posição dizendo que gostaria de trazer ao conhecimento da “Câmara dos Vereadores e ao conhecimento do povo carioca” (*idem*: 70), referindo-se a palavras de Salgado que corroboravam suas posições de defesa ao passado integralista.

O vereador ainda se dispôs a responder várias outras questões, todas elas indagações acerca de ações e posições dos integralistas no passado recente, passado presente na memória social e que era extremamente condenável. Mas a todas as acusações ao integralismo, segundo o vereador Silva, a defesa não só era coisa fácil e possível, como estava “ao alcance de qualquer dos antigos membros desse grande movimento político-social, bastando para tanto recorrer aos fatos, aos livros e aos documentos” (*idem*: 71).

Considerações finais

Para os integralistas, no âmbito interno, o passado não se apresentava como problema, o que permitiria a qualquer integralista recorrendo à sua memória (aos fatos compartilhados pelo grupo) e à memória arquivada (livros e documentos) defender o movimento do qual fizeram parte na década de 1930. Mas se havia tantas acusações emergindo contra os integralistas perrepistas em função da militância nos anos 1930 é porque havia na memória social percepção de passado distinta da presente na memória coletiva integralista. Os integralistas não compartilhavam daquela memória que emergia como acusação, mas outros, muitos outros, compartilhavam. Assim, cabia aos integralistas, agora perrepistas, recompor aquele passado na memória social ou serem vetados no presente. O passado estava em disputa e cabia aos integralistas encontrar meios de tornar críveis os seus testemunhos ao maior número possível de pessoas. Uma derrota total dos integralistas concernentes às representações do passado significaria a impossibilidade de atuar naquele presente.

Bibliografia

BERTONHA, João Fábio. *Integralistas e pesquisadores do integralismo: o embate entre memória e história*. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. (Orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretções*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo; memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1945.

DURKHEIM, Emile. *Les formes élémentaire de la vie religieuse*. Paris: PUF, 1960.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

Reação Brasileira. Rio de Janeiro, 1945.

RICOEUR, Paul. *O passado tinha um futuro*. In: MORIN, E. *A religião dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

------. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella – NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento – indagações sobre uma questão sensível*. P. 37-58. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, Jaime Ferreira da. *A verdade sobre o integralismo – respondendo a Carlos Lacerda e outros*. São Paulo: Edições GRD, 1996.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do leite: história, memória e esquecimento*. Goiânia: UCG, 2005.